

Aílton Krenak

Núcleo de Cultura Indígena - NCI

Mesa: Lógica de administração ou lógicas étnicas? Princípios articuladores de uma nova forma de ação do Estado frente às populações indígenas. Bom dia a todos vocês que chegaram até o Rio de Janeiro para trabalhar nestes três dias de debates e apresentação de idéias sobre um tema tão importante, não só para nós mas para a história do Brasil, para a história deste país que é a nossa casa comum. Agradeço a oportunidade que nos foi dada pelos colegas que organizaram esta série de conferências. São pessoas que têm dedicado suas vidas a trabalhar com a realidade que nós conhecemos, estreitando os laços de convivência com nossas famílias, com cada uma de nossas tribos. Não estamos, portanto, num lugar de estranhamento, estamos num lugar onde as pessoas se conhecem. Todo mundo aqui trabalha junto há mais de uma década. São muito poucos os que chegaram há cinco anos, três anos ou dois anos. Nós temos então uma certa liberdade para conversar entre nós, como se a gente estivesse não num auditório fechado, mas num terreiro, que é um bom lugar para a gente conversar sobre assuntos tão caros para o nosso coração, para a nossa memória e caros também no sentido das relações de amizade, de cooperação e de respeito uns com os outros. Tudo isto torna esta oportunidade muito rica para mim e quero compartilhar com vocês algumas idéias que tenho difundido ao longo destes anos, expondo o meu pensamento acerca da relação que o Estado brasileiro mantém com as nossas tribos. Lembro em primeiro lugar que as raízes da história do Brasil estão fundadas na guerra de conquista do Estado se consolidando em cima dos nossos territórios, tomando os nossos lugares de riqueza e de fartura e nos reduzindo a lugares que são chamados de parques, reservas, aldeias ou terras indígenas. Isto já é uma redução absoluta do sentido de liberdade, de soberania e de qualidade de vida que o nosso povo sempre experimentou e viveu durante gerações e gerações. Perder os territórios, perder a tranquilidade e perder o sossego foi o fruto para o nosso povo desta construção do Brasil, sendo que muitas das nossas tribos pagaram com suas vidas este processo de construção da nação brasileira. Historiadores de respeito deste país, como Sérgio Buarque de Holanda, sempre reconheceram que seria impensável a fundação da nacionalidade e da idéia de Brasil se ela não estivesse apoiada na riqueza cultural e material, na grande herança que nós, os povos indígenas, legamos. Não fizemos isto de livre e espontânea vontade, pois fomos esbulhados na maioria das vezes por relações de desigualdade e de roubo. Todos reconhecem a importante contribuição que as sociedades indígenas, que o nosso povo deu e continua dando, sendo solicitado a integrar a nação para pagar a conta deste Brasil cuja camisa verde e amarela todo mundo gosta muito de vestir, de subir em carroceria de caminhão para gritar, mas não gostam de pagar a conta. É mais ou menos como você gostar de ir a uma festa, beber muito, comer muito, mas não lembrar que para comer muito e beber muito, as pessoas trabalharam e deram a comida para que ela pudesse existir. É uma injustiça e um absoluto absurdo que os brasileiros se esqueçam, que apaguem a história da memória e queiram fazer conta sobre quanto custa atender as sociedades indígenas hoje, depois de ter roubado todo este continente para construir o Brasil. É o fim da picada termos que fazer conta sobre quanto custa ao Estado brasileiro se reformar para atender nosso povo de uma maneira digna e respeitosa. Não devemos nos perder no imediatismo e ficar pensando que estamos todos participando de uma espécie de “comitê de emergência” para responder a este momento de crise do Estado brasileiro e sobre como ele deve lidar com a nossa circunstância. Não se trata de circunstância, não é nada temporário, é uma guerra de cinco séculos de ocupação, de

redução, que tem como objetivo claro a nossa integração como sujeitos plenamente capazes, no sentido de interagir e corresponder às exigências de um Estado moderno que quer transformar todo mundo em peão. Não querem transformar somente os índios em peão, este Estado moderno quer transformar qualquer ser humano em material a ser colocado à disposição para o trabalho. Não estamos disponíveis. Acredito que a maioria das comunidades indígenas continuam mantendo seu propósito de guardar suas tradições, de guardar seu caminho, de reverenciar a herança de nossos antepassados, não no sentido boboca de ficar imitando o passado, mas no sentido de nos dar o respeito e a honra de continuarmos sendo os guardiões da memória do nosso povo, e isto se justifica obviamente não apenas fazendo uma imitação da história antiga, mas interagindo, nos habilitando, nos capacitando a cuidar da nossa vida sem fazer uma imitação exagerada da vida moderna e ocidental, em que estaríamos abandonando o que temos como riqueza e como base fundamental para a construção do nosso caminho futuro. Não devemos imitar outras culturas e outras soluções. Prestei muita atenção nos dois dias de trabalho que tivemos até agora e acho que houveram contribuições muito boas de cada um dos expositores e debatedores que conseguimos reunir aqui. Isto enriqueceu bastante estes dias de discussão, mas sinto uma falta de orientação sobre o sentido mais preciso dos objetivos e do que nós buscamos com um debate tão difuso, onde discutimos desde o detalhe do texto de uma lei até o tamanho dos investimentos que o Estado brasileiro cogita fazer em relação ao atendimento das necessidades das populações indígenas. Lamento muito não ter percebido por parte de nossos expositores e debatedores a lembrança da história antiga que deu origem ao estado de coisas que estamos vivendo hoje. Há uma história antiga e não podemos fazer nenhum truque agora, no final do século XX, para puxar o tapete destas sociedades antigas e tradicionais, jogá-las no século XXI e dar um tchau e dizendo: “Olha, acabou esta história de obrigação do Estado brasileiro para com as sociedades indígenas; agora está tudo muito moderno, os índios já têm televisão, já têm computador, estão na escola, há muitos que já são advogados, alguns estão se formando como sociólogos e técnicos, estão habilitados a cuidar de si mesmo, tchau.” Se nós não tomarmos cuidado e aceitarmos debates que são feitos na pressa do atendimento às necessidades políticas de circunstância do Estado brasileiro, podemos comprometer seriamente esta memória e este compromisso que é histórico. A maioria dos nossos colegas que estão estudando e desenvolvendo pesquisas junto às nossas sociedades são pessoas que têm uma formação intelectual e que estão habilitadas a se conectar com o conceito de que a história se constrói e é construída pelos nossos atos, pelas nossas escolhas e pela nossa ação. Será então que o estado de coisas que estamos vivendo hoje é produto nosso? Fomos nós criamos a realidade que estamos vivendo hoje? Mas nós quem? Em primeiro lugar, o Estado brasileiro, movendo uma ação, às vezes sistemática e organizada, como no período do Marechal Rondon à frente do Serviço de Proteção ao Índio, em que ele tinha diretrizes muito claras apesar de ter que se debater no meio do seu tempo e de seus contemporâneos. Ele tinha um lema definido, este lema que se levou a curso enquanto o Estado brasileiro teve espaço e capacidade para suportar a experiência de contatar as nossas sociedades. Mesmo reconhecendo limites e uma ética neste contato, isto não impediu os danos que foram feitos às nossas sociedades no período de existência do SPI. Mas, pelo menos, as coisas se pautaram por uma linha definida pelo Estado brasileiro e não por funcionários do 2º ou 3º escalão. Estavam tratando com as nossas sociedades e buscando estabelecer diretrizes. Se eram positivas ou negativas não importa, o que importa é que estavam buscando diretrizes claras que pudessem durar um século inteiro no seu relacionamento conosco. Foi o que

mais se pareceu com os tratados que a América do Norte estabeleceu com as tribos do norte, foi o que mais se aproximou. Mas mesmo este período, que foi um período criativo, gerou e engendrou alguns dos equívocos com os quais continuamos a nos debater até hoje, e um deles é a maneira como foi estabelecida a tutela e a assistência às nossas comunidades. Esta maneira supõe um paternalismo e um congelamento da nossa personalidade no tempo. Enquanto os brasileiros não-índios seriam bonzinhos para nos assistir até virarmos gente adulta, nós seríamos eternos idiotas, manipulados por estes “amigos”, assistidos por eles ou de vez em quando esfolados por eles. É este tipo de hipocrisia que tem caracterizado a história do Brasil e o relacionamento da sociedade brasileira com a população tradicional, com esta gente chamada de índios. Nós aceitamos apelidos e vestimos uniformes talhados a cada período. No tempo do Getúlio Vargas foi feito um tipo de uniforme para a gente vestir; no tempo do Castelo Branco e da Junta Militar tinha um outro uniforme. Qual era o uniforme dos índios no período da Junta Militar? Era bico calado, general à frente da FUNAI, coronel comandando as diretorias, proibido fazer reunião, proibidas as discussões, enfim, uma ação de ditadura que se estendia da vida civil da sociedade brasileira como um todo até o interior das aldeias. Ficamos na presença de chefes de posto autoritários e de gente que não respeitava o nosso povo e que nos tratou de maneira absurdamente desumana e desrespeitosa, sendo que alguns dos nossos territórios se estabeleceram inclusive como colônias penais, como presídios, como áreas de punição para pessoas indígenas consideradas insubordinadas ou rebeldes diante do Estado brasileiro. Então, há uma história de resistência do povo indígena, que é uma história de luta, mas também há uma história de submissão e de submetimento do povo indígena que é a marca do pensamento brasileiro sobre como tratar as sociedades originárias daqui, os donos originários deste território, não no sentido de dono como alguém pode ser dono de uma garrafa d’água ou de uma mesa, mas no sentido de herança cultural, no sentido de herança material, de guardadores deste território, não para que alguém viesse tomar posse dele depois, mas para as nossas próprias gerações futuras. Estas gerações futuras estão ficando comprometidas hoje quando vemos o Estado brasileiro fugindo da sua responsabilidade e uma grande parte dos pensadores brasileiros, inclusive dos intelectuais, dos pensadores políticos de relevância na vida nacional, escapulindo da sua seriedade e achando que podem tratar esta questão tão séria de maneira simbólica, fazendo um monumento para os povos indígenas em Monte Pascoal, botando um selinho com a cara dos índios no correio, e eventualmente fazendo alguma outra palhaçada, simbólica, que nos iluda o tempo suficiente para que o Estado brasileiro continue praticando a sua política de redução e de esvaziamento da nossa vida política, da nossa vida política não só como participantes de uma série de seminários, conferências e reuniões públicas, promovidas pelo governo e pelas outras agências, mas como gente que tem uma vida política própria. A maioria do nosso povo hoje perde muito tempo atendendo a uma agenda de discussão que interessa à FUNAI, que interessa aos ministérios, que interessa aos SUDS, que interessa a um monte de agências de Estado, como se nós não tivéssemos vida própria e estivéssemos disponíveis o tempo inteiro para largar nossas casas e sair correndo atrás de reuniões que acontecem de janeiro a dezembro. Há reuniões no Brasil, fora do Brasil, e é claro que hoje centenas de pessoas indígenas já viajam para o exterior, exatamente por causa do tipo de roda viva que este tipo de política e de ação que têm existido com relação às sociedades indígenas criou, obrigando a muitas das nossas lideranças, dos nossos melhores companheiros a deixarem sua principal obrigação, que é cuidar de seu povo, para ficar atendendo a uma agenda política, a uma agenda de debates, a

uma agenda de discussão. Eu não fujo a esta agenda porque acho que é aí mesmo que está o espinho, é aí que está a questão que nós temos que confrontar e buscar identificar. Na medida em que não podemos resolver sozinhos o nosso relacionamento com a sociedade brasileira, porque ele envolve a todos nós ³/₄ obviamente envolve a todos os brasileiros ³/₄ devemos identificar nesta agenda, que tem reuniões o ano inteiro, aquelas que são verdadeiramente ricas e que nos dão a oportunidade de compreender melhor nossa relação com o Estado, nossa possibilidade de intervir e interagir com o governo na melhoria das ações do Estado com relação às nossas sociedades. Mas, principalmente, devemos ter tempo de cuidar dos nossos próprios planos e de desenvolver nossas próprias estratégias porque senão vamos passar o resto da nossa vida correndo atrás dos outros e correndo atrás do prejuízo. Existe um tipo de tutela, disfarçada, que não é feita pelo Estado brasileiro. Há um tipo de tutela disfarçada hoje que é feita por uma agenda difusa, uma agenda que vai desde a agenda de eventos como este até os da ONU, do Banco Mundial, e de todas as outras agências que botam a gente para andar pelo mundo afora fazendo reuniões. Toda esta questão é relevante e não pode ser ignorada no momento em que estamos colocando em questão alguma coisa do que seriam as propostas para uma política indigenista do Estado, ou uma política do Estado para as sociedades indígenas. O único foco que todo mundo enxerga é uma agência chamada Fundação Nacional do Índio, FUNAI. É muito pouco gente. O meu sentimento é que para o Estado brasileiro a Fundação Nacional do Índio está boa e, se está boa para o Estado brasileiro, acho que nossas comunidades deveriam considerar que isto é suficiente e que o Estado deve manter esta agência do jeito que ela é. Nós vamos continuar desenvolvendo estratégias que possam fortalecer nossas comunidades, dar maior capacidade a cada uma das nossas aldeias para cuidarem de si mesmas, para se governarem. Eu me lembro de uma experiência muito importante do povo Kaxinauá, lá no alto rio Juruá, em que depois de demarcar o território ali no vale do rio Jordão, decidiram que queriam fazer um governo próprio. Este governo próprio seria como o de um município ou de uma vila. Muitas das nossas áreas indígenas estão próximas de municípios pequenininhos que têm uma população menor que a da aldeia, mas o município consegue se administrar, tem um prefeito, tem os vereadores, tem gente lá cuidando daquela administração local, há uma gestão ali, há um governo. Da mesma maneira, nós também podemos ter governos, governos legítimos, que são governos tradicionais das nossas comunidades, buscando dar soluções a questões que são importantes para nós, mas nos especializando em nós mesmos e não nos outros. Acho que temos incorrido num erro muito grande que é o de nos especializar nos outros e perder nossa capacidade de cuidar de nós mesmos. Eu tenho o desejo e a esperança de que a superação da tutela e a superação de experiências como esta da FUNAI seja uma realidade positiva, afirmativa da nossa capacidade como seres humanos, de pensarmos e nos desenvolvermos. Nós não devemos de jeito nenhum ficar paralisados e atemorizados diante da decadência da agência indigenista. De certa maneira, a decadência desta agência é o reflexo do nosso desenvolvimento. Nós estamos de alguma maneira melhor e mais capacitados do que estávamos no passado, e é por isto que a FUNAI está assim tão debilitada, ela não consegue correr no nosso ritmo. Então nós precisamos ser capazes de fortalecer aquilo que presta dentro da FUNAI, para que ela continue fazendo o melhor serviço possível como agência de Estado, mas ao mesmo tempo direcionar o máximo de capacidade de trabalho e de alocação de recursos para programas que possam dar base a governos locais, aos governos das nossas comunidades, para que o povo Yanomami possa ter um programa específico para o território Yanomami, onde a questão da ameaça de desaparecimento paira no ar

como uma espécie de fatalidade; para que os povos que vivem numa grande área geopolítica e cultural identificada como Xingu possam ter planejamento e recursos públicos vindos de compromissos com o governo brasileiro ou com outras instituições, mas com o governo brasileiro assumindo a sua responsabilidade direta. É preciso que eles tenham recursos próprios para montar o seu governo local em todas as áreas importantes, na saúde, na educação, na produção, na economia, e no ritmo que quiserem porque, se nós aceitarmos as idéias que as agências indigenistas e que as agências governamentais fomentam para nós, vamos ser simplesmente peões, vamos nos transformar cada vez mais em peões do Estado brasileiro. Eu, pessoalmente, e a minha pequena tribo, que vive no médio rio Doce, o povo Krenak, não estamos pedindo para virar peão do Estado brasileiro, nós queremos continuar sendo o povo Krenak, queremos continuar buscando a afirmação da nossa vida, da nossa cultura, da nossa tradição, mesmo que no pequeno pedaço de terra que nos restou ali no vale do rio Doce. Não estamos pedindo emprego para o Estado brasileiro e nem queremos virar peões, eu acho que isto é um princípio que deveria orientar o pensamento das lideranças indígenas, do pessoal das aldeias, dos coordenadores de organizações locais e regionais, daqueles companheiros que são ativistas dentro do movimento indígena desde o início. Nós não precisamos de mais uma agência ou do fortalecimento de uma agência que vai nos inibir e que vai nos manipular, nós precisamos é de um Estado que tenha a responsabilidade dos compromissos históricos que a nossa relação envolve e que pague o preço dos danos que foram causados a nós ao longo destes séculos todos. Temos que insistir com o Estado sobre políticas de compensação verdadeiras e não políticas para mitigar, para quebrar o galho. É isto que eu queria apresentar para os meus companheiros, para os colegas que se encontram aqui neste seminário. Espero que nós tenhamos oportunidade de debater e clarear melhor algumas destas linhas que apontei na minha exposição. Muito obrigado.